

OCUPAÇÕES E RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: 2001-2005

MARCELINO DE SOUZA (1) ; RITA INÊS PAULI PRIEB (2) .

1.UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RS, BRASIL; 2.UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA, RS, BRASIL.

marcelino.souza@uol.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA

Ocupações e Rendas das Famílias Rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2005¹

Grupo de Pesquisa 8: Emprego Rural

Resumo

Este trabalho analisa o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul utilizando-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período 2001 a 2005. As estimativas mostraram que: na região rural como um todo o número de famílias rurais permaneceu estagnada, porém houve um aumento significativo do número de famílias pluriativas pertencentes ao universo da agricultura familiar e uma redução confiável das famílias de não-ocupados; verificou-se um aumento da rendas médias no universo da agricultura familiar cuja origem não é totalmente conhecida e finalmente, as fontes de rendas de aposentadorias e pensões representam maior proporção nas famílias de conta-própria agrícolas e com pluriatividade tradicional. Infere-se que, provavelmente o programa de crédito para a agricultura familiar possa estar estimulando a pluriatividade entre estas famílias e promovendo um novo dinamismo econômico aos municípios rurais gaúchos. Os resultados apontam para a necessidade de continuar as pesquisas tendo em vista a confirmação ou não da tendência apontada com uma série temporal maior.

¹ O presente trabalho contou com apoio financeiro do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contudo as afirmações nele contidas são de inteira responsabilidade dos autores do artigo.

Palavras-chave: Diversificação econômica; ocupações e rendas familiares; agricultura familiar.

Abstract

This work analyses the behavior of the occupancy and also the income sources of rural families in the state of Rio Grande do Sul. The special tabulations National Sample Home Research (PNADs) was used as basis for this study in the period within 2001-2005. The estimates have shown that: in the rural region as a whole, the number of families remained steady, nevertheless, there was a significant increase on the number of pluriactive families from the family farm universe and a considerable reduction on the non-occupied ones; a surplus was verified in the average income in the familiar agricultural universe in which its origin is not totally known and, finally, the retirement income sources and pensions represent a large proportion on the self-employed agricultural families and with traditional pluriactivity. It is inferred that, the credit program for the familiar agriculture may probably be stimulating the pluriactivity among these families and promoting a new economical dynamism in the rural cities of this state. The results point to the necessity of continuing the researches bearing in mind the confirmation or not of the tendency pointed out with a greater temporal series.

Key words: economical diversification; occupations and family income; family farm.

Introdução

A questão da ocupação e conseqüentemente da renda das famílias rurais revela-se importante pelo menos por três razões que se inter-relacionam: a primeira diz respeito à sua insuficiência (rendas baixas), conduzindo a uma situação de pobreza; a segunda refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos (rural e urbano), ou seja, a comparabilidade; e a terceira razão, mas não menos importante, é aquela que diz respeito à sua instabilidade - aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola - ou seja, as alterações que ocorrem de ano para ano (Hill, 1999:345).

Paradoxalmente, as pesquisas sobre as ocupações e rendas familiares ainda são onerosas e difíceis de serem realizadas implicando na quase ausência de bases de dados confiáveis e disponíveis.

As dificuldades das pesquisas são decorrentes do fato de que as ocupações e especialmente as rendas das famílias rurais englobam muitos fatores, freqüentemente independentes, os quais complicam a análise dos problemas relativos à mesma. A título de exemplo, citamos um deles: as flutuações das rendas agrícolas podem ser muito grandes de ano para ano, ocorrem variações entre regiões, tipos e tamanhos das explorações, etc.

Em acréscimo, nos dias atuais os agricultores se enfrentam com rendas líquidas agrícolas em declínio ou estagnadas e estão gradativamente se dirigindo a suplementá-las com outras fontes (especialmente as rendas de aposentadorias/pensões e rendas não-agrícolas). Essas rendas estão se tornando, cada vez mais, o maior percentual de rendimentos para um grande número de famílias rurais e seu impacto deve ser considerado. Esses aspectos dificultam uma abordagem uniforme da questão da renda, mas indicam a necessidade de sua apropriada compreensão. Ademais, o conhecimento do comportamento das ocupações e rendas das famílias rurais

constitui-se em instrumento indispensável para a adequada formulação de políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural².

Apesar das limitações na utilização dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios - PNADs do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontados por Graziano da Silva & Del Grossi (2001), elas representam ainda a mais atualizada e abrangente base de dados do país para a análise destas duas importantes variáveis: ocupação e rendimento das pessoas e famílias.

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as informações referentes à evolução das ocupações, bem como comparar a composição das rendas (as rendas agrícolas, as rendas não-agrícolas, as rendas de aposentadorias e/ou pensões e as “outras rendas”) obtidas pelas famílias rurais nos anos de 2001 e 2005, em especial daquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

2. Procedimentos Metodológicos

As informações foram obtidas através de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 a 2005 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizamos os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

2.1 O trabalho das pessoas

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio e são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras: idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos, etc. Mas, também pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário da pesquisa o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência da mesma é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são dirigidas em relação à última semana deste mês, e ainda se possível, ao dia 30 de setembro. Estes são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre todas as pessoas que exerceram alguma atividade de pelo menos uma hora na semana, quer seja em negócio próprio ou de empregador, quer seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Antes de 1992 a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados.

Infelizmente essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs com as anteriores³. Mas, a partir das informações

² O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), é um processo no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

³ Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção

contidas nos microdados foi possível reconstruir a série utilizando-se os mesmos critérios dos anos 80, excluindo-se da análise aquelas pessoas que eram consideradas como ocupadas⁴, que denominaremos doravante de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados de 1992 em diante, aos quais designamos de “PEA ampliada”. A utilização desse conceito se deve a opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho “ampliado” considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (Del Grossi, 1999).

2.2 A unidade de análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que residem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Há que se ressaltar, porém, que foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio os empregados domésticos e seus parentes. A composição dos dados referentes à família extensa se deu através da junção das informações disponíveis acerca dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO⁵ de famílias que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados). Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que sugere que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território⁶.

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: famílias **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu

para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

⁴ Cf. Graziano da Silva, J. & Del Grossi, M. E. (2001).

⁵ O projeto é uma pesquisa mais ampla coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP envolvendo várias instituições de pesquisas. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

⁶ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

negócio⁷; famílias de **conta-própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; e as famílias **não-ocupadas**: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa.

Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência em **agrícolas**: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas**: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas**: famílias nas quais pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

Ainda, utilizamos uma nova classificação das **famílias pluriativas**, de acordo com o critério proposto por Nascimento (2002). Essa nova tipologia compreende quatro tipos de famílias pluriativas que corresponde a uma combinação específica de atividades.

Assim, esta tipologia se apresenta da seguinte forma: **pluriatividade tradicional** (agrícola + agrícola) as famílias que combinam atividades agrícolas com trabalho assalariado também agrícola; **pluriatividade intersetorial sem trabalho doméstico ou pluriatividade desejada** (agrícola + não-agrícola): famílias onde pelo menos um membro se ocupa em atividades agrícolas e pelo menos um outro se ocupa em atividades não-agrícolas e que não haja nenhum dos membros ocupados em trabalho doméstico remunerado; **pluriatividade intersetorial com trabalho doméstico ou pluriatividade não-desejada** (agrícola + trabalho doméstico); e por fim, **pluriatividade intersetorial com trabalho doméstico** (agrícola + não-agrícola + trabalho doméstico) onde os membros combinam atividades agrícolas com trabalhos domésticos remunerados e com outras atividades não-agrícolas.

2.3 A noção de rural e urbano

Quanto à definição das áreas rurais estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre a situação de domicílio de forma a captar, com mais detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas

⁷ O corte das famílias empregadoras que vamos utilizar está baseado na classificação para efeitos de enquadramento no programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) que separa os empregadores com 3 ou mais empregados e aqueles que contam com até dois empregados permanentes. Consideramos como representantes legítimos da agricultura familiar as famílias de conta-própria, as quais por definição não contratam empregados permanentes mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. E os empregadores com até dois empregados permanentes, sem também nenhuma restrição ao uso de trabalhadores temporários, trataremos como empresas familiares ou “farmers caboclos”, por representar uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, onde não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (Sobre a categoria “farmers caboclos” ver Graziano da Silva, 1999).

dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente dita. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, os dados da PNAD permitem detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

2.4 As rendas das famílias nas PNADs

As rendas declaradas nas PNADs podem apresentar uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas. Isso porque os entrevistadores solicitam que as pessoas informem o rendimento do último mês, no caso deles serem fixos (como os assalariados); e uma estimativa da média mensal no último ano para os rendimentos variáveis. No caso específico das rendas agrícolas, cujos preços e custos dos produtos variam sazonalmente, para se obter uma estimativa mensal confiável seriam necessários vários cálculos mesmo para os produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais correspondem ainda a uma pequena parcela da população rural.

Del Grossi (1999:110) observa ainda que “na produção familiar, há uma parte dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente a renda dos estabelecimentos ou de produtores de conta-própria esteja subdeclarada”.

Infelizmente não foi possível corrigir a subestimação das rendas variáveis das PNADs especialmente aquelas de origem agrícola. A opinião de especialistas, todavia, indica que a

subestimação maior não tem origem nas rendas agrícolas, mas na subdeclaração das rendas mais altas em geral. Esta se constitui em uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas: a subestimação de valores, mais precisamente das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Assim, se a renda das famílias de conta-própria está subdeclarada, a renda das famílias de empregadores está mais subestimada ainda, e não por falta do instrumento de coleta, mas pela subdeclaração das pessoas mais ricas.

Uma averiguação recente através de várias pesquisas de campo permite afirmar que a participação da renda de autoconsumo na composição da renda familiar não se revelou elevada como era a hipótese de trabalho, onde se esperava forte subestimativa nas declarações de rendimento das PNADs.

3. Resultados e Discussão

3.1 A evolução das ocupações das famílias rurais e agrícolas: 2001-2005

A Tabela 1 apresenta as informações acerca da evolução do número de famílias, segundo a tipologia proposta, para os anos de 2001 e 2005.

No Estado do Rio Grande do Sul, em 2005, existiam aproximadamente 546 mil famílias residentes nas áreas rurais, que representavam aproximadamente 16% em relação ao total geral de famílias que naquele ano alcançou mais de três milhões⁸ (3.464 milhões de famílias). Cabe mencionar que o número de famílias rurais mostrou-se estagnado no período analisado (2001-2005). Em relação ao número de famílias residentes apenas na região não-metropolitana (2.149 milhões de famílias), elas representavam aproximadamente 25%.

TABELA 1

Evolução das famílias extensas, segundo o tipo e local de domicílio. Rio Grande do Sul, 2001-2005. (1.000 famílias).

TIPOS DE FAMÍLIAS/LOCAL DE DOMICÍLIO	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de Cresc. 2001/05 (% ao ano)
Região Não Metropolitana - Rural Agropecuário						
Empregadora com + de 2 emp.	8	10	5	4	4	-20,4 **
Não-Agrícola	-	5	3	-	-	
Empregadora com até dois emp.	18	10	14	22	20	11,5
Agrícola	7	4	8	12	10	20,2 *
Pluriativo	9	5	5	8	9	6,2
Agrícola + Não-Agrícola	6	4	5	6	6	4,1
Conta-Própria	320	342	357	347	330	0,8
Agrícola	235	240	248	238	226	-0,9
Pluriativo	63	78	75	86	83	6,6 **
Agrícola + Agrícola	5	14	13	12	11	14,1
Agrícola + Não-agrícola	51	57	56	69	67	7,7 ***

⁸ Dada a questão de espaço não apresentaremos a tabela com as informações gerais do total de famílias gaúchas no ano de 2005.

Agrícola + Trab. Dom.	6	6	5	5	-	
Não-Agrícola	22	24	34	23	21	-0,6
Não-Agrícola	20	23	30	23	19	-1,9
Empregados	115	128	123	123	139	3,3 *
Agrícola	56	63	58	60	60	0,9
Pluriativo	18	17	18	15	14	-6,5 ***
Agrícola + Não-Agrícola	14	10	12	13	10	-4,7
Agrícola + Trab. Dom.	3	6	6	-	3	
Não-Agrícola	41	48	47	48	65	9,6 **
Não-Agrícola	37	41	38	41	50	6,2 **
Não-Agrícola + Trab. Dom.	5	7	8	8	15	28,2 ***
Não-Ocupado	57	54	54	49	53	-2,4 *
TOTAL	518	544	553	545	546	1,1

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste *t* indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano – Fevereiro/2007.

Mas, a análise da Tabela 1 apresenta outros aspectos que merecem ser destacados. Nela pode-se observar que as famílias de conta-própria são as de maior representatividade nas áreas rurais gaúchas. Em 2005 estas famílias alcançavam aproximadamente 60% em relação ao total de famílias rurais, mas sem apresentar tendência de crescimento ou decréscimo no período considerado. As famílias de conta-própria agrícola - o grupo que vem sendo denominado de agricultura familiar - são o tipo majoritário representando aproximadamente 69% em relação ao total de famílias deste grupo, porém sem apresentar tendência significativa de aumento ou decréscimo no período 2001-2005.

Observando os demais tipos de famílias conta-própria, em especial as famílias pluriativas vale destacar a tendência de crescimento significativa deste tipo de família. Este crescimento deriva-se do aumento significativo das famílias pluriativas que combinam atividade agrícola e não-agrícola, a pluriatividade *desejada*. Para tentar explicar esta tendência aventa-se a hipótese que o crescimento da *pluriatividade desejada* no caso da agricultura familiar pode ser oriundo do fomento da mesma através de mecanismos de crédito rural⁹.

Na Tabela 2 observa-se um crescente aumento no número de contratos e no montante de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF no período 2001-2005 no Estado do Rio Grande do Sul. Este fato, em conjunto com a maturação de outras políticas públicas estaduais de apoio à agricultura familiar, poderia conduzir a uma intensificação de seu uso em atividades não essencialmente agrícolas, como a pequena agroindústria, em especial através do trabalho feminino.

⁹ Em trabalho recente de Delgado (2004) apontou para a existência, em especial, para a Região Sul e principalmente para o Nordeste do Brasil de um “setor de subsistência” de grandes dimensões, o qual poderia estar saindo da condição de sub-ocupação ou de não-ocupação na agricultura para se transformarem em agricultores pluriativos.

TABELA 2

Crédito Rural do PRONAF, por ano fiscal no Estado do Rio Grande do Sul.

ANO	Nº DE CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1.00)
2001	285.695	589.015.249,02
2002	277.500	732.028.459,49
2003	265.437	860.906.863,36
2004	323.422	1.254.680.870,71
2005	323.314	1.259.525.500,59

FONTE: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.Informações disponíveis em: www.mda.gov.br/credito/anofiscal/anofiscal.asp

Acesso em: 14/03/2007.

Não podemos também ignorar as aspirações de consumo da população rural e as dificuldades financeiras que derivam da deficiência de estrutura produtiva, que muitas vezes induzem ao subemprego da força-de-trabalho disponível (Cavaco, 1981). Ainda, segundo a autora, as aspirações destas famílias acentuaram-se devido à difusão de padrões de consumo e bem-estar urbano. Isto motiva a busca de atividades extra-agrícolas, principalmente por famílias com pouca superfície útil de exploração e com receitas pequenas. Então, o meio mais fácil de satisfazer esses desejos é através da inclusão de uma nova atividade marginal à agricultura. Deste modo, pode-se melhorar o rendimento familiar. É fundamental que se reconheça, que o meio rural gaúcho também se apresenta com as características desta nova realidade. Contudo, seria demasiadamente precipitado, afirmar que essas tendências, contando apenas com informações de cinco anos, permanecerão por toda década. Por isso, a hipótese aventada mereceria ser avaliada e cotejada com os dados secundários de toda a década a fim de verificar a sua confirmação ou eventualmente a sua refutação.

Retornando a análise da Tabela 1 verifica-se que o segundo grupo de família mais importante nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul é o de empregados. No ano de 2005 este grupo representava cerca de 25% em relação ao total de famílias e apresentava crescimento significativo no período considerado. Desse total, a maior parte das famílias de empregados trabalhava exclusivamente em atividades agrícolas, ou seja, aproximadamente 43% delas. As famílias de empregados pluriativas representavam apenas 10% das famílias de empregados no ano de 2005 e mostravam forte e significativa tendência de redução. Em relação às famílias de empregados não-agrícolas pode-se observar que no ano de 2005 elas representavam cerca de 47% em relação ao total de famílias deste grupo e se mostravam com uma tendência significativa de crescimento. Essa tendência muito provavelmente é oriunda da forte e significativa tendência de crescimento do número de famílias não-agrícolas que combina atividade não-agrícola com trabalho doméstico. Pode-se aventar a hipótese que as famílias de empregados pluriativas passam rapidamente desta condição para famílias de empregados exclusivamente não-agrícolas.

Em síntese, a dinâmica que gera o emprego doméstico é o resultado das rendas derivadas de um padrão muito concentrado existente no país e que, de certa maneira, predomina em outros estados como o Rio Grande do Sul. Ele se constitui um *bolsão de ocupações* para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque não exige nenhuma qualificação, conforme expôs Mello (1998:120). Em consequência desta característica (baixa qualificação) o mesmo continua em crescimento, como acentuou recentemente Soares (2005). Adicionalmente destaca-se, também, que as famílias de empregados estão mais associadas às famílias monoativas, quando comparadas às famílias de conta-própria e de empregadores que são mais pluriativas.

As famílias empregadoras com até dois empregados representavam apenas 3,7% em relação ao total de famílias rurais em 2005, sendo que a metade delas exercia atividades exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, as famílias empregadoras com mais de 2 empregados constituíam o grupo minoritário com menos de 1% em relação ao total de famílias no ano de 2005.

Finalmente, as famílias de não-ocupados constituíam, no ano de 2004, aproximadamente 10% do total de famílias, com tendência significativa de diminuição. Este é um aspecto importante, já que se constitui numa reversão, ainda que temporária, de uma tendência que vinha ocorrendo durante toda a década de 90.

A somatória do número de famílias não-agrícolas com as de não-ocupadas resulta em cerca de 139 mil famílias, ou cerca de 25% em relação ao total no ano de 2005, famílias estas que utilizam as áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul apenas como local de moradia.

Em síntese, a análise dos dados relativos à evolução formas de ocupações das famílias rurais e agrícolas do período 2001 a 2005, no Estado do Rio Grande do Sul, mostrou três tendências importantes: a primeira se refere ao crescimento significativo do número de famílias de conta-própria pluriativas, famílias que combinam atividade agrícola e atividade não-agrícola, a pluriatividade desejada pertencentes ao que se convencionou denominar de “agricultura familiar”; a segunda tendência é o decréscimo significativo do número de famílias “não-ocupadas” e a terceira é o crescimento significativo do número de famílias de empregados ocupados em atividades exclusivamente não-agrícolas.

3.2 A Evolução da Renda Média Familiar no Rio Grande do Sul: 2001-2005

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à evolução da renda média das famílias rurais gaúchas no período 2001-2005. A renda média familiar da região não-metropolitana do rural agropecuário alcançou o valor de apenas R\$ 1.013,00 em 2005.

Para efeitos de comparação, a renda média familiar na região não-metropolitana urbana atingiu um valor aproximado de R\$ 1.583,94 no ano de 2005, ou seja, 64% superior à renda média das famílias residentes nas áreas rurais do Rio Grande do Sul¹⁰. Além disso, a renda das famílias agrícolas, de uma forma geral, situa-se entre as mais baixas. O caso das famílias de empregados agrícolas chama atenção.

As rendas médias são apenas um pouco superiores às rendas das famílias de não-ocupados no meio rural do Rio Grande do Sul. O comportamento das rendas médias, durante o período considerado, evoluiu pouco, mas de forma positiva e significativa. Esse aumento no valor das rendas médias, segundo as informações contidas na tabela 3 se deve majoritariamente ao aumento das rendas das famílias empregadoras com mais de dois empregados. Mas, vale ressaltar que as rendas médias das famílias de conta-própria mostraram uma evolução, ainda que pequena, mas positiva e significativa.

No caso do grupo das famílias empregadoras com mais de dois empregados, pelo fato de se constituir em um diminuto conjunto de famílias rurais é evidente a dificuldade de explicar o aumento apresentado.

Todavia, no caso das famílias de conta-própria pode-se verificar na tabela 3 que o aumento das rendas médias ocorre principalmente devido ao comportamento das rendas das famílias envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas, a qual é positiva e significativa. A

¹⁰ Dada a questão de espaço não apresentaremos a tabela com as informações sobre a renda média familiar na região não-metropolitana urbana no ano de 2005.

explicação para este aumento pode não estar relacionada diretamente com a atividade agrícola, pois nos últimos anos esta atividade passou por sérias dificuldades, em especial, a alternância de períodos de seca com outros de clima propício para o adequado desenvolvimento da agricultura.

Ainda que desconhecida a explicação para o crescimento significativo destas rendas levantamos a hipótese de que o crescimento deve ser oriundo da obtenção de outras fontes de renda, em especial, as de crédito, como o PRONAF, em conjunto com rendas de outras origens, como, por exemplo, as aposentadorias e pensões¹¹, que terminarão por compor a renda familiar e fornecer algum tipo de sustentação a renda média familiar.

Com respeito às famílias de empregados inexistem tendências de crescimento ou decréscimo da renda média familiar, ou seja, as rendas permaneceram estagnadas no período considerado.

Em todas as situações de rendas médias observadas, a pluriatividade intersetorial (atividade agrícola + atividade não-agrícola) apresentou os maiores níveis de rendas médias nos distintos grupos de famílias. Todavia, a pluriatividade não-desejada (atividade agrícola + trabalho doméstico) revelou-se com um dos menores níveis de renda média entre as famílias de conta-própria (neste caso, situando-se acima apenas das famílias conta-própria que combinam atividade não-agrícola e trabalho doméstico) e de empregados indicando, mais uma vez, o caráter precário dessas formas de ocupação.

TABELA 3

Evolução da renda média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/05. (R\$ Set. 2005).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa Cresc. (% ao ano)	
						2001/05 ^a	
NÃO-METRO RURAL AGROP.							
Empregadora com + de 2 emp.	3143,20	3413,21	4192,40	3712,45	4711,47	9,3	**
Agrícola	2039,86	5302,94		6019,99	3000,00	-	-
Pluriativo	6417,68	2893,66	7339,41	1984,38	3600,00	-	-
Agrícola + Não-Agrícola	6417,68	2893,66	7339,41	3149,81	3600,00	-	-
Não-Agrícola	2283,22	2594,31	3143,70	3324,80	5275,28	-	-
Empregadora com até 2 emp.	1644,40	3146,17	2279,74	1988,09	1796,56	-2,8	
Agrícola	1030,07	1725,09	1414,42	2003,47	1302,53	6,4	
Pluriativo	2285,93	4391,26	3313,71	2085,04	2502,28	-5,5	
Agrícola + Agrícola	2045,12	2333,49	789,84	1763,90	1191,50	-	-
Agrícola + Não-Agrícola	2343,78	4684,80	3629,13	2242,84	2979,08	-2,5	
Não-Agrícola	1081,30	3139,28	3252,67	1427,92	1066,80	-	-
Conta-Própria	993,48	938,73	1031,08	1140,41	1072,21	3,5	*
Agrícola	900,60	812,74	900,04	1020,90	978,41	4,0	*
Pluriativo	1342,36	1284,50	1446,55	1541,72	1316,37	1,4	

¹¹ A esse respeito cabe destacar que o número de famílias de conta-própria agrícola com pelo menos um membro que recebia aposentadoria ou pensão crescia significativamente (2,6% ao ano) no período analisado, o que pode ser um bom indicativo do que foi apontado anteriormente. Por razão de espaço não se apresenta a tabela com estas informações.

Agrícola + Agrícola	899,97	794,68	1115,78	925,85	885,42	1,2	
Agrícola + Não-Agrícola	1447,17	1413,77	1590,90	1687,40	1401,04	1,1	
Agrícola + Trab. Dom.	821,79	1220,45	678,89	981,84	1097,24	-	-
Agríc. + Não-Agríc. + Trab. Dom	1063,64	1758,29	967,83	1585,41	905,76	-	-
Não-Agrícola	1004,23	1088,70	1090,45	896,93	1133,61	0,5	
Não-Agrícola	1024,78	1087,49	1049,10	915,07	1195,04	1,4	
Não-Agrícola + Trab.Dom.	644,63	1104,02	1441,94	188,99	740,50	-	-
Empregados	763,07	850,39	817,66	861,40	815,68	1,5	
Agrícola	529,76	631,70	569,03	611,27	634,68	3,3	
Pluriativo	971,14	1030,44	1046,10	1081,40	1021,60	1,5	
Agrícola + Não-Agrícola	1005,74	1066,52	1280,26	1212,55	1156,45	4,2	
Agrícola + Trab. Dom..	732,95	750,35	783,03	1324,67	1004,61	-	-
Agríc.+ Não-Agríc.+Trab.Dom	1088,71	1085,04	,	,	1184,00	-	-
Não-Agrícola	930,31	1042,90	995,10	1059,81	909,00	-0,3	
Não-Agrícola	939,56	1085,60	1044,00	1091,05	979,67	0,9	
Não-Agrícola + Trab.Dom.	855,21	793,84	764,57	891,56	675,25	-3,5	
Não-Ocupado	473,68	599,32	572,20	557,18	573,12	3,1	
TOTAL	937,75	972,34	997,07	1078,63	1013,00	2,6	*

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Fevereiro, 2007.

3.3 Composição das Rendas das Famílias Rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 2005

A tabela 4 mostra as informações relativas à composição das rendas médias, segundo os tipos de famílias, nas áreas rurais não-metropolitanas do Estado do Rio Grande do Sul em 2005.

TABELA 4

Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Rio Grande do Sul, 2005.
(R\$ set. 2005).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA	NÃO- AGRIC	APOS/ PENS.	OUTRAS RENDAS
	(%)	(%)	(%)	(%)
Não Metro Rural Agropec.	46,6	24,3	23,9	5,2
Emp. com + de 2 emp.	15,1	75,3	8,5	1,0
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0
Pluriativo	55,6	27,8	16,7	0,0
Não-Agrícola	0,0	90,4	8,3	1,3
Emp. com até 2 emp.	69,3	19,0	10,8	0,9
Agrícola	81,5	0,0	16,7	1,8
Pluriativo	68,0	23,6	8,3	0,2
Agrícola + Agrícola	82,8	0,0	16,8	0,5
Agrícola + Não-Agrícola	65,8	27,0	7,0	0,1
Não-agrícola	0,0	96,9	0,0	3,1
Conta-Própria	53,8	16,0	25,1	5,1

Agrícola	66,1	0,0	29,2	4,8
Pluriativo	40,8	35,0	18,4	5,8
Agrícola + Agrícola	69,2	0,0	26,2	4,5
Agrícola + Não-Agrícola	37,3	38,3	18,2	6,2
Agrícola + Trab. Dom..	68,9	20,2	10,9	0,0
Agríc. + Não-Agríc. + Trab. Dom	32,8	62,3	0,0	4,9
Não-agrícola	0,0	77,5	18,1	4,4
Não-Agrícola	0,0	76,5	19,1	4,4
Não-Agrícola + Trab. Dom.	0,0	87,2	8,1	4,7
Empregados	34,8	49,8	9,2	6,3
Agrícola	82,7	0,0	10,8	6,4
Pluriativo	57,1	36,5	3,8	2,6
Agrícola + Não-agrícola	44,7	50,3	3,1	2,0
Agrícola + Trab. Dom.	76,3	21,1	0,0	2,7
Agríc. + Não-Agríc. + Trab. Dom	50,7	33,8	0,0	15,5
Não-agrícola	0,0	82,8	9,9	7,4
Não-Agrícola	0,0	82,7	9,3	7,9
Não-Agrícola + Trab. Dom.	0,0	82,9	12,3	4,8
Não-Ocupado	0,0	0,0	90,4	9,6

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fev./2007.

Como se pode observar nos resultados, a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais em 2005 apresentou a seguinte composição: a renda agrícola continuava sendo a mais importante representando quase a metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda são também muito importantes: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões).

As chamadas “outras rendas” são menos importantes representando em torno de 5% na composição das rendas médias familiares. Esse resultado encontra-se de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras rendas são muito menos importantes” na composição da renda familiar rural (Mackinon et al., 1991:63). Para estes autores, como para nós, as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e/ou aposentadorias e/ou pensões. Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de famílias é apresentada na seqüência deste artigo.

A análise do grupo das famílias de empregados revela uma predominância da fonte de renda não-agrícola em relação às outras rendas, sendo que esta participa com quase 50% do total da renda. A participação das rendas de transferências sociais é inferior a 10%, sendo que esta fonte de renda é um pouco superior apenas entre as famílias de empregados não-agrícolas com trabalho doméstico. No caso das famílias de empregados agrícolas percebe-se uma alta participação das rendas agrícolas, uma das mais altas percentagens deste tipo de renda entre todos os grupos de famílias.

Em relação ao grupo das famílias empregadoras com até dois empregados chama atenção na composição da renda total a alta participação das rendas agrícolas, quase chegando a 70%, sendo decorrente da elevada participação deste tipo de renda nas famílias exclusivamente agrícolas, mas também com pluriatividade tradicional. Em ambos casos, a participação das rendas de aposentadorias e pensões atinge mais de 16% na composição da renda média das famílias.

No caso das famílias empregadoras com mais de dois empregados os dados revelam a mais alta participação das rendas não-agrícolas, comparativamente às demais famílias. A participação da renda não-agrícola é de aproximadamente 75% da renda média familiar. Esse resultado se deriva, muito provavelmente das rendas das famílias empregadoras com mais de dois empregados com atividades não-agrícolas¹².

Em relação às famílias de conta-própria é possível observar uma participação expressiva da fonte de renda agrícola atingindo mais da metade na composição total da renda. Outro aspecto que merece ser destacado é a alta participação da fonte de renda aposentadoria/pensões a qual atinge cerca de ¼ da renda familiar total. No que se refere às famílias de conta-própria agrícola verifica-se uma participação maior da renda agrícola, mas o que chama atenção é que a renda de aposentadorias/pensões contribui em quase 1/3 da renda familiar. Isso pode ser revelador de uma certa dependência destas famílias, que são comumente denominadas de “agricultores familiares”, da renda oriunda de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões.

Uma afirmação parecida poderia ser feita em relação às famílias conta-própria com pluriatividade tradicional as quais contam, também com parcela importante da renda (acima de 25%) dependente das formas de transferências sociais.

Os resultados no seu conjunto confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram, em especial Delgado e Cardoso (2000).

Com relação às famílias de conta própria não-agrícolas é importante ressaltar que a proporção de renda média não-agrícola das famílias não-agrícolas com trabalho doméstico ultrapassa a renda das famílias não-agrícolas sem trabalho doméstico. Uma provável explicação para este fato pode ser oferecida pela observação do número médio de pessoas ativas nas respectivas famílias, apresentado na Tabela 4.

TABELA 4

Evolução do Número Médio das Pessoas Ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas, segundo o tipo e o local de domicílio. Rio Grande do Sul, 2001-2005.

TIPO DE FAMÍLIA/ LOCAL DE DOMICÍLIO	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de Cresc. 2001/05 (% ao ano)
Não-Metropolitano - Rural Agropecuário	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	0,7 *
Empregadora com mais de 2 empregados	2,1	2,3	2,2	1,9	2,7	3,2
Não-Agrícola	-	2,1	2,0	-	-	
Empregadora com até 2 empregados	2,4	2,4	2,3	2,4	2,2	-1,4 *
Agrícola	1,8	2,4	1,8	2,4	1,9	0,5
Pluriativo	2,9	2,5	3,1	2,4	2,7	-1,2
Agrícola + Não-Agrícola	2,8	2,6	3,1	2,2	2,6	-2,8
Conta-Própria	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	0,3
Agrícola	2,3	2,3	2,2	2,3	2,2	-1,1 **

¹² Em função de que estas famílias constituem um grupo bastante pequeno (o que pode ser facilmente visualizado através das informações contidas na Tabela 1) não apresentamos uma análise pormenorizada, pois certamente comprometeria as nossas conclusões.

Pluriativo	2,7	2,6	2,8	2,8	2,9	1,9*
Agrícola +Agrícola	2,4	2,1	2,6	2,2	2,8	3,9
Agrícola + Não-Agrícola	2,6	2,8	2,8	2,8	2,8	1,8***
Agrícola + Trab. Dom.	3,6	2,5	3,1	3,6	-	
Não-agrícola	1,5	1,7	1,9	2,0	1,8	4,2
Não-Agrícola	1,5	1,7	1,7	1,9	1,6	2,5
Não-Agrícola+ Trab. Dom.	-	-	3,4	-	-	
Empregados	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,3*
Agrícola	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6	4,1**
Pluriativo	2,6	2,3	2,3	2,5	2,6	0,7
Agrícola+ Não-Agrícola	2,6	2,1	2,3	2,3	2,6	1,2
Agrícola+Trab. Dom.	2,7	2,5	2,4	-	2,3	
Não-agrícola	1,6	1,7	1,7	1,6	1,7	0,5
Não-Agrícola	1,5	1,6	1,7	1,5	1,6	0,8
Não-Agrícola+ Trab. Dom.	2,0	2,2	1,7	1,9	1,8	-3,5
Não-Ocupado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,9

NOTA: "-": representa 5 ou menos observações de famílias;

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - Janeiro/2007.

Ou seja, quanto maior é esse número, maior tende a ser a renda familiar. De fato, o número médio de pessoas ativas nas famílias conta-própria não-agrícolas é de apenas 1,7, enquanto que nas famílias conta-própria não-agrícola com trabalho doméstico é de 3,4 no ano de 2003, já que outras informações não estão disponíveis para proceder comparação. Um último comentário acerca deste grupo de famílias pode ser feito com respeito às famílias conta-própria com pluriatividade desejada. Neste caso, pode-se observar um certo equilíbrio entre as fontes de rendas agrícolas e não-agrícolas.

Em resumo, a análise da composição das rendas médias das famílias rurais gaúchas no ano de 2005 mostra que apesar da renda agrícola apresentar-se como a mais importante dentre todas as outras fontes, faz-se necessário evidenciar a contribuição da fonte de renda aposentadoria/pensões na composição da renda média entre as famílias de conta-própria agrícolas e conta-própria com pluriatividade tradicional a qual se mostra bastante elevada. Ou seja, essa fonte de renda continua exercendo um papel importante de sustentação da renda familiar total na chamada agricultura familiar, exceto nos casos de famílias pluriativas e não-agrícolas com trabalho doméstico.

4. Conclusões

A análise dos resultados a partir dos dados anteriormente apresentados relativos às ocupações e rendas das famílias rurais gaúchas neste início de nova década permite tecer algumas conclusões, ainda que preliminares.

A primeira constatação é a estagnação do número total de famílias nas áreas rurais gaúchas no período 2001-2005. Este fato deve estar provavelmente relacionado tanto à redução significativa do número de famílias não-ocupadas, como também às tendências confiáveis de crescimento do número de famílias de empregados envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas e famílias conta-própria com pluriatividade *desejada*, ou seja, são as atividades não-

agrícolas que podem estar evitando o êxodo rural, principalmente no caso da agricultura familiar. A hipótese explicativa para o crescimento da pluriatividade (intersectorial) na agricultura familiar associa-se ao crescente aumento do montante de contratos e de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no período analisado, bem como ao aumento das aspirações de consumo da população rural e das dificuldades financeiras que se originam da estrutura produtiva onde as famílias estão inseridas. Uma outra conclusão, confirmada inclusive por outros trabalhos, é o fato de que as famílias de empregados estão mais associadas às famílias monoativas, quando comparadas às famílias de conta-própria e de empregadores que são mais pluriativas.

Por outro lado, no primeiro quinquênio desta nova década, prevalece a tendência de aumento importante do número de famílias de empregados envolvidas com atividades exclusivamente não-agrícolas, as quais combinam atividade não-agrícola e trabalho doméstico mostrando que existe uma parte importante de famílias que não se envolve com atividades agrícolas e para sobreviver ocupa-se em serviços domésticos remunerados, ou seja, ocupações precárias e de baixa qualificação. Isso demonstra a existência de um padrão de concentrado de renda, mesmo nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação às rendas médias das famílias, pôde-se observar um pequeno, mas significativo aumento das rendas médias das famílias nas áreas rurais como um todo. Aventa-se a hipótese que o aumento significativo das rendas médias, deriva-se de um complexo conjunto de ocorrências, em especial, o apoio creditício e a presença de outras fontes de rendas na composição da renda média familiar, especialmente no caso da agricultura familiar, já que este período foi marcado por dificuldades decorrentes de fenômenos climáticos adversos (secas) que certamente fizeram com que a renda agrícola fosse deprimida.

Ademais, a análise das rendas médias familiares no período 2001-2005 permitiu detectar que as famílias com pluriatividade intersectorial apresentou os maiores níveis de rendas nos distintos grupos de famílias. Portanto, os dados mostram o impacto positivo da pluriatividade na renda familiar.

Ao analisar a composição das rendas médias das famílias rurais, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a se constituir na principal fonte de renda das famílias. A par disso, notou-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadoria e de pensões para os diferentes grupos de famílias, em especial, aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar, especialmente entre as famílias que dependem exclusivamente da atividade agrícola e com pluriatividade tradicional, o que pode atestar uma certa dependência em relação a esta fonte de renda. Em relação às *outras rendas*, as participações são bastante pequenas, em geral, confirmando os resultados e as análises existentes na literatura internacional.

Vale destacar que a análise empreendida neste trabalho contemplou apenas um curto período temporal (cinco anos) e, por isso, há necessidade de alargamento do período de análise com acréscimo de outras informações, os quais poderiam reforçar ou refutar as tendências que foram apontadas no transcorrer deste artigo, em relação às formas de ocupação e às fontes de rendimento das famílias rurais gaúchas. Apesar disso, os resultados em seu conjunto, apontam para a necessidade de aprofundamento da análise do impacto das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, criando instrumentos que de fato permitam melhorar as condições de vida deste importante segmento da população rural e contribuir para um autêntico desenvolvimento rural. A estratégia para se alcançar este desenvolvimento tem como condição necessária a

diversificação de atividades no meio rural, quer seja das atividades agrícolas, quer seja das atividades não-agrícolas¹³.

No que diz respeito às atividades agrícolas faz-se necessário o abandono da competitividade e rentabilidade das explorações pouco competitivas e com estrangulamentos variados (ambientais e estruturais) através do aumento das produtividades físicas e rentabilidades dos fatores de produção com minimização de custos, passando a alcançar a mesma pela diferenciação objetiva e perceptível do produto ao consumidor, ou seja, o atendimento explícito e implícito de seus desejos e necessidades. Cabe lembrar que a agricultura ainda que não se constitua no pilar mais forte ou mais dinâmico em certas situações, ela é sempre uma âncora segura para todos os outros setores econômicos e sociais.

Quanto à diversificação das atividades não-agrícolas consideramos que a promoção da pluriatividade como o enquadramento mais adequado para se desenvolver a *modernização* rural e assim se propõe: nas regiões de minifúndio trata-se de se *sustentar* a pluriatividade; nas áreas intermediárias de *recriar* a pluriatividade e nas áreas de risco ou que já estão sofrendo o despovoamento e o abandono, de *inventar* a pluriatividade, facilitando o funcionamento do mercado de trabalho local e regional, retendo população, criando poder de compra, novas oportunidades de negócio e novos agentes de desenvolvimento, ou seja, apoiando as estratégias dos agricultores de criação de microempresas rurais, convertendo-os, cada vez mais, em empresários rurais.

Referências Bibliográficas

BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, N° 198, nov.-déc.pp.3-8. 1989.

CAVACO, C. A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado econômico, social e geográfico. Separata de: **Economia**, Portugal, volume V, n. 2, p. 271-313, maio 1981.

CAVACO, C. Desafios de Desenvolvimento Rural: Notas de Leitura. **Finisterra**, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIX-78, Lisboa. 2004.

DELGADO, Guilherme Costa & CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília, IPEA. 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Texto para Discussão N° 1025. Brasília, IPEA. 2004. 30p.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo & GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNA'S: Ocupações rurais não-agrícolas. **Anais...** Londrina, PR: IAPAR 2000. p. 35-54.

¹³ A esse respeito e sobre as “recomendações” apresentadas nos dois parágrafos subsequentes deste artigo nos baseamos largamente nas reflexões de Cavaco (2004: 109-111) a qual apresenta uma discussão aprofundada sobre as estratégias atuais de desenvolvimento rural, em especial, para a realidade portuguesa, mas que em certo sentido também pode ser aplicado para a realidade brasileira, em especial, para a Região Sul do Brasil.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 220f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas – SP.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. **World Development**, v. 39, n. 3, p. 443-453. 2001.

HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**. 15 (3):345-358. 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. A subdeclaração dos rendimentos. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2 (1): 50-54, jan./mar. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual de Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendi.../metodologia99.sht>>. Acesso em: 09/08/2002.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: 2004. CD-ROM.

MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1: 58-71. 1991.

MELO, H. P. de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: **Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil**. RJ. MICT. 1998.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. 2002. 154 f. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP.

SOARES, Pedro. **Emprego doméstico lidera a retomada**. Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro. 06/03/2005.